

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco/SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 180.894 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 6.527.793 mil e Ativos Totais de R\$ 6.536.932 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para

preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 3 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
2020	2019	2020	2019
ATIVO			
CIRCULANTE	58.656	321.111	7.835
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	83	327	7.835
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 6)	10.965	299.348	-
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 16a)	43.194	20.310	-
Impostos e Contribuições a Compensar	3.268	-	-
Depósitos Judiciais (Nota 8)	1.146	1.126	158
NÃO CIRCULANTE	6.478.276	8.855.902	1.304
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	267.656	1.245.930	1.146
Impostos e Contribuições a Compensar	-	607	158
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 6)	20.238	-	1.146
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 7)	-	1.243.997	4.695.721
Créditos Tributários (Notas 17c e d)	247.418	1.326	1.762.092
INVESTIMENTOS (Nota 9)	6.210.620	7.609.972	69.980
TOTAL	6.536.932	9.177.013	6.536.932
			9.177.013

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais	
2020	2019	Capital Social	Reservas de Lucros
RECEITAS OPERACIONAIS	(127.224)	372.852	372.852
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	(127.224)	372.852	372.852
DESPESAS OPERACIONAIS	5.899	26.751	26.751
Despesas Tributárias (Nota 13)	5.548	21.870	21.870
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	351	3.646	3.646
Despesas de Pessoal (Nota 15)	-	1.235	1.235
RESULTADOS FINANCEIROS	14.070	189.408	189.408
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 12)	14.070	189.408	189.408
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(119.053)	535.509	535.509
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17a)	(61.841)	(100.386)	(100.386)
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(180.894)	435.123	435.123
Número de ações	589.500.327	535.796.738	535.796.738
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	(337,82)	812,10	812,10

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais	
2020	2019	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(119.053)	535.509	(180.894)
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Resultado de Equivalência Patrimonial	127.224	(372.852)	42.684
Juros e Variações Monetárias, Líquidas	(64)	-	37.644
Lucro Líquido Ajustado	8.107	162.657	(138.211)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	1.242.313	1.214.874	435.123
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	267.592	(44.111)	37.644
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(113)	(51.746)	-
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	2.598	(1.651)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.297)	(58.536)	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	1.516.200	1.221.487	472.767
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	19.821	138.848	-
Dividendos Recebidos	367.869	269.064	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	387.690	407.912	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(1.904.134)	(1.884.154)	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(1.904.134)	(1.884.154)	-
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(244)	(254.755)	-
Início do Período	327	255.082	-
Fim do Período	83	327	-
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(244)	(254.755)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais	
2020	2019	2020	2019
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício	(180.894)	(180.894)	435.123
Ajuste de Avaliação Patrimonial	42.684	42.684	37.644
Total do Resultado Abrangente	(138.211)	(138.211)	472.767

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais	
1) CONTEXTO OPERACIONAL	
A Columbus Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 3 de fevereiro de 2021.	
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.	
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis	
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.	
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.	
2.2) Moeda funcional e de apresentação	
As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.	
2.3) Caixa e equivalentes de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.	
2.4) Ativos financeiros	
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).	
Mensurados ao custo amortizado	
O ativo financeiro foi mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.	
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.	
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (<i>Solely Payment of Principal and Interest</i>). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.	
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.	
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.	
2.5) Determinação do valor justo	
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.	
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.	
2.6) Investimentos em coligadas e controladas	
São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.	
Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.	
Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.	
Ágio (Goodwill)	
O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e <i>joint ventures</i> .	
O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.	
O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.	
2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)	
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.	
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.	
Uma perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.	
2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias	
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:	
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;	

• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.11) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais são registrados na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentadas na Nota 17.

2.12) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Fundos de investimentos financeiros (1)	83	327
Total de caixa e equivalentes de caixa	83	327

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Títulos	Em 31 de dezembro			
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil (1)	Valor de mercado
Certificado de Depósito Bancários - CDB (1)	10.965	20.238	31.203	31.203
Total em 2020	10.965	20.238	31.203	31.203
Total em 2019	264.888	34.460	299.348	299.348

(1) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 99,50% e 100,25% do DI, com vencimento em 21/12/2021 e 19/12/2022.

7) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Títulos	Em 31 de dezembro			
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo
Letras financeiras (1)	-	-	-	-
Total em 2020	-	-	-	-
Total em 2019	-	1.243.997	1.243.997	(3.365)

(1) Referem-se às Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., à taxa de 104,25% do DI, resgatado em sua totalidade durante o exercício de 2020; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

8) DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Depósitos judiciais - contingências fiscais	1.146	1.126
Total	1.146	1.126

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ZBCAPITAL S.A.	41
ARTERIS S.A.	3
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.	33
COLUMBUS HOLDINGS SA	39
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	28
PORTO SEGURO S/A	13
SEGUROS SURA S.A.	22

Diário Oficial Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 131 • Número 38
São Paulo, sexta-feira, 26 de fevereiro de 2021

Página 39

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 26 de fevereiro de 2021 às 01:33:14

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco/SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

9) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
						2020	2019	2020	2019
Cielo S.A. (1) (4)	5.300.000	11.025.511	(702.674)	816.637	30,0586	3.314.116	3.279.741	(160.576)	453.095
Tempo Serviços Ltda. (3)	-	-	-	-	-	-	1.110.424	-	(139.308)
Tapajós Holdings Ltda. (3)	-	-	-	-	-	-	486.508	-	59.065
Ágio - Cielo S.A. (2) (4)	-	-	-	-	-	3.623.739	2.733.299	-	-
Impairment - Cielo (4)	-	-	-	-	-	(727.235)	-	-	-
Total						6.210.620	7.609.972	(127.224)	372.852

(1) Inclui ganho de dividendos e JCP, decorrente a variação entre a provisão de ações estimadas e ações deliberadas, na proporção de sua participação;

(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Companhia Cielo S.A. O valor recuperável do ágio é baseado no valor de mercado das ações, para a qual não foi detectada a necessidade de redução do valor recuperável (impairment);

(3) Investimentos cindidos em 31.8.2020 para Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda., com a transferência de 100% da participação nos investimentos Tempo Serviços Ltda. e Tapajós Holdings Ltda. a Quixaba; e

(4) Investimento cindido em 30.11.2020 pela Tempo Serviços Ltda., com a transferência de 100% do Investimento a Columbus.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Ordinárias	589.500.327	535.796.738
Total	589.500.327	535.796.738

O aumento de capital social em ações da Companhia ocorreu em função da cisão do investimento na Cielo S.A. pela Tempo Serviços a Columbus. Os detalhes estão na Nota 18e.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Reservas de lucros	1.762.092	3.842.987
- Reserva legal (i)	517.665	517.665
- Reserva estatutária (ii)	1.244.427	3.325.321

(i) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(ii) Visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (Artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. A Diretoria fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2020 e 2019 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2020 (2)	% (1)	2019	% (1)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(180.894)		435.123	
Reserva legal	-		(21.756)	
Base de cálculo	-	-	413.367	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-		4.134	
Total dos dividendos	-	-	4.134	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo; e

(2) Em 31 de março de 2020 foi deliberado e pago na mesma data dividendos no valor total de R\$ 1.900.000 com Reservas Estatutárias.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se ao valor indevidamente restituído pela Receita Federal do Brasil, em função de que parte do crédito restituído, foi utilizado anteriormente em compensações, conforme informado nas PER/DCOMPS. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

Movimentação da provisão de contingências fiscais

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Saldo no início do período	1.126	1.086
Atualização monetária	20	40
Saldo no final do período	1.146	1.126

12) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	4	9.993
Rendimento de letras financeiras	11.519	148.516
Rendimento de aplicações em CDB	2.476	30.899
Receitas diversas	7	-
Juros ativos	83	40
Juros passivos	(19)	(40)
Total	14.070	189.408

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Contribuição à Cofins	4.583	18.153
Contribuição ao PIS	964	3.528
Outras	1	189
Total	5.548	21.870

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Doações e patrocínios	324	3.523
Editais e publicações	3	100
Serviços de terceiros	24	23
Total	351	3.646

15) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Honorários da Diretoria	-	180
Gratificações	-	540
Encargos sociais trabalhistas	-	144
Benefícios de empregados	-	371
Total	-	1.235

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Columbus Holdings S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Columbus Holdings S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Columbus Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar,

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2020	2019	2020	2019
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	1.243.997	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	31.203	299.348	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	43.194	20.310
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	-	4.134

(1) Banco Bradesco S.A.; e

(2) Cielo S.A., Nova Paiol Participações Ltda. e Quixaba Empreendimentos.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2020	2019	2020	2019
Rendimento de letras financeiras	11.519	148.516	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	2.476	30.899	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.; e

(2) Cielo S.A., Nova Paiol Participações Ltda. e Quixaba Empreendimentos.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(119.053)	535.510
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 2.12)	40.478	(182.073)

Efeito no cálculo dos tributos:

Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	(43.256)	126.702
Despesas indedutíveis liquidas de receitas não tributáveis	(110)	(1.311)
Juros sobre o capital próprio (recebidos)	(15.509)	(47.318)
Outros valores (1)	(43.444)	3.614
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(61.841)	(100.386)

(1) Inclui, basicamente: (i) a reversão de R\$ 43.634 mil relativa a diferença de alíquota da contribuição social apurada no crédito tributário sobre as adições temporárias adquirido na Cisão; e (ii) as deduções inoperadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(18.177)	(100.402)

Impostos diferidos:

Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias	(43.664)	16
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(61.841)	(100.386)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro				
	2019	Saldo adquirido por cisão	Constituição	Realização/Baixa	2020
Provisões fiscais	152	-	6	-	158
Impairment de títulos e investimentos	-	290.894	-	(43.634)	247.260
Outras provisões	30	-	-	(30)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	182	290.894	6	(43.664)	247.418
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	1.144	-	-	(1.144)	-
Total dos créditos tributários (Nota 2.12)	1.326	290.894	6	(44.808)	247.418
Obrigações fiscais diferidas (Nota 12e)	152	-	6	-	158
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.174	290.894	-	(44.808)	247.260

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias	Imposto Contribuição	Total
	de renda	social	
2023	181.809	65.451	247.260
2025	116	42	158
Total	181.925	65.493	247.418

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 237.392 mil (2019 - R\$ 170 mil) de diferenças temporárias. Todos os créditos tributários da Companhia foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Companhia possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 158 mil (2019 - R\$ 152 mil) relativas a atualização monetária de depósitos judiciais.

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 7.835 mil (2019 - R\$ 1.230 mil), referem-se a imposto de renda de R\$ 1.431 mil (2019 - R\$ 133 mil), contribuição social R\$ 3.004 mil, PIS de R\$ 606 mil (2019 - R\$ 178 mil) e Cofins de R\$ 2.794 mil (2019 - R\$ 919 mil).

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019; b) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não há processos com riscos cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis;

c) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020;

d) Em 2020 houve uma reorganização societária, com o objetivo de buscar maior sinergia e eficiência operacional. Diante disso, houve movimentação de investimentos estratégicos entre as empresas, onde a Columbus, em 31 de agosto de 2020, transferiu a totalidade da sua participação nas empresas Tempo Serviços e Tapajós Holdings para a empresa Quixaba Empreendimentos. Por conta desta movimentação, houve a redução do capital da Companhia em R\$ 1.222.976, sem cancelamento de ações, passando este de R\$ 5.300.000 para R\$ 4.077.024; e

e) Em 30 de novembro de 2020, a Columbus realizou uma operação de cisão junto a empresa Tempo, onde foi realizada a transferência da totalidade da participação que a Tempo detinha na Cielo S.A. para a Columbus, onde a Companhia passou a deter 30,05% de participação na Cielo. Desta cisão, ocorreu um aumento de capital na Columbus no montante de R\$ 618.697 com a emissão de 53.703.589 ações, elevando o capital social da Companhia para R\$ 4.695.721 e 589.500.327 ações, respectivamente (vide Nota 10a).

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC 1SP200234/O-9

dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 25 de fevereiro de 202

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco/SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 180.894 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 6.527.793 mil e Ativos

Totais de R\$ 6.536.932 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 3 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais		
	2020	2019
ATIVO		
CIRCULANTE	58.656	321.111
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	83	327
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 6).....	10.965	299.348
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 16a).....	43.194	20.310
Impostos e Contribuições a Compensar.....	3.268	-
Depósitos Judiciais (Nota 8).....	1.146	1.126
NÃO CIRCULANTE	6.478.276	8.855.902
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	267.656	1.245.930
Impostos e Contribuições a Compensar.....	-	607
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 6).....	20.238	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 7).....	-	1.243.997
Créditos Tributários (Notas 17c e d).....	247.418	1.326
INVESTIMENTOS (Nota 9).....	6.210.620	7.609.972
TOTAL	6.536.932	9.177.013

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	2020	2019
RECEITAS OPERACIONAIS	(127.224)	372.852
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9).....	(127.224)	372.852
DESPESAS OPERACIONAIS	5.899	26.751
Despesas Tributárias (Nota 13).....	5.548	21.870
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14).....	351	3.646
Despesas de Pessoal (Nota 15).....	-	1.235
RESULTADOS FINANCEIROS	14.070	189.408
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 12).....	14.070	189.408
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(119.053)	535.509
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17a).....	(61.841)	(100.386)
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(180.894)	435.123
Número de ações.....	589.500.327	535.796.738
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$.....	(337,62)	812,10

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(119.053)	535.509
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	127.224	(372.852)
Juros e Variações Monetárias, Líquidas.....	(64)	(58.536)
Lucro Líquido Ajustado	8.107	162.657
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	1.242.313	1.214.874
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado.....	267.592	(44.111)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(113)	(51.746)
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações.....	2.598	(1.651)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(4.297)	(58.536)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	1.516.200	1.221.487
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	19.821	138.848
Dividendos Recebidos.....	367.869	269.064
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	387.690	407.912
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(1.904.134)	(1.884.154)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(1.904.134)	(1.884.154)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(244)	(254.755)
Início do Período.....	327	255.082
Fim do Período.....	83	327
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(244)	(254.755)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	2020	2019
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício	(180.894)	435.123
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	42.684	37.644
Total do Resultado Abrangente	(138.211)	472.767

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Columbus Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 3 de fevereiro de 2021.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro foi mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais serem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos em coligadas e controladas

São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.

Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição. O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e revertido ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser contabilizadas.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

9) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				ON			2020	2019	2020	2019
Cielo S.A. (1) (4).....	5.300.000	11.025.511	(702.674)	816.637	30,0586	3.314.116	3.279.741	(160.576)	453.095	
Tempo Serviços Ltda. (9).....	-	-	-	-	-	-	1.110.424	18.139	(139.308)	
Tapajós Holdings Ltda. (3).....	-	-	-	-	-	-	486.508	15.214	59.065	
Ágio - Cielo S.A. (2) (4).....	-	-	-	-	-	-	3.623.739	2.733.299	-	
Impairment - Cielo (4).....	-	-	-	-	-	-	(727.235)	-	-	
Total							6.210.620	7.609.972	(127.224)	372.852

(1) Inclui ganho de dividendos e JCP, decorrente a variação entre a provisão de ações estimadas e ações deliberadas, na proporção de sua participação;
(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Companhia Cielo S.A. O valor recuperável do ágio é baseado no valor de mercado das ações, para a qual não foi detectada a necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*);
(3) Investimentos cindidos em 31.8.2020 para Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda., com a transferências de 100% da participação nos investimentos Tempo Serviços Ltda. e Tapajós Holdings Ltda. a Quixaba; e
(4) Investimento cindido em 30.11.2020 pela Tempo Serviços Ltda., com a transferência de 100% do Investimento a Columbus.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Ordinárias.....	589.500.327	535.796.738
Total	589.500.327	535.796.738

O aumento de capital social em ações da Companhia ocorreu em função da cisão do investimento na Cielo S.A. pela Tempo Serviços a Columbus. Os detalhes estão na Nota 18e.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Reservas de lucros	1.762.092	3.842.987
- Reserva legal (i).....	517.665	517.665
- Reserva estatutária (ii).....	1.244.427	3.325.321

(i) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(ii) Visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (Artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. A Diretoria fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados
		Legal	Estatutária	Próprias	Controladas	
Saldo em 31.12.2018	4.800.000	495.909	5.289.738	5.327	5.021	-
Aumento de Capital com Reservas.....	500.000	-	(500.000)	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	3.106	34.538	37.644
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	435.123
Dividendos Pagos com Reserva.....	-	-	(1.873.650)	-	-	(1.873.650)
Destinações: - Reservas.....	-	21.756	409.233	-	-	(430.989)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(4.134)
Saldo em 31.12.2019	5.300.000	517.665	3.325.321	2.221	29.517	-
Redução de Capital por Cisão.....	(604.279)	-	-	-	-	(604.279)
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	2.221	40.463	42.684
Absorção do Prejuízo do Exercício com Reservas.....	-	-	(180.894)	-	-	(180.894)
Dividendos Pagos com Reserva.....	-	-	(1.900.000)	-	-	(1.900.000)
Saldo em 31.12.2020	4.695.721	517.665	1.244.427	-	69.980	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
	2020	2019	
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício	(180.894)	435.123	
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	42.684	37.644	
Total do Resultado Abrangente	(138.211)	472.767	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprov

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco/SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

12) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	4	9.993
Rendimento de letras financeiras	11.519	148.516
Rendimento de aplicações em CDB	2.476	30.899
Recolhas diversas	7	-
Juros ativos	83	40
Juros passivos	(19)	(40)
Total	14.070	189.408

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Contribuição à Cofins	4.583	18.153
Contribuição ao PIS	964	3.528
Outras	1	189
Total	5.548	21.870

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Doações e patrocínios	324	3.523
Editais e publicações	3	100
Serviços de terceiros	24	23
Total	351	3.646

15) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Honorários da Diretoria	-	180
Gratificações	-	540
Encargos sociais trabalhistas	-	144
Benefícios de empregados	-	371
Total	-	1.235

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2020	2019	2020	2019
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	1.243.997	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	31.203	299.348	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	43.194	20.310
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	-	4.134

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Cielo S.A., Nova Párol Participações Ltda. e Quixaba Empreendimentos.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2020	2019	2020	2019
Rendimento de letras financeiras	11.519	148.516	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	2.476	30.899	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Cielo S.A., Nova Párol Participações Ltda. e Quixaba Empreendimentos.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(119.053)	535.510
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 2.12)	40.478	(182.073)

Efeito no cálculo dos tributos:

	2020	Em 31 de dezembro 2019
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	(43.256)	126.702
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(110)	(1.311)
Juros sobre o capital próprio (recebidos)	(15.509)	(47.318)
Outros valores (1)	(43.444)	3.614
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(61.841)	(100.386)

(1) Inclui, basicamente: (i) a reversão de R\$ 43.634 mil relativa a diferença de alíquota da contribuição social apurada no crédito tributário sobre as adições temporárias adquirida no Cisão; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(18.177)	(100.402)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias	(43.664)	16
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(61.841)	(100.386)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2019	Saldo adquirido por cisão	Constituição	Realização/Baixa
Provisões fiscais	152	-	6	158
Impairment de títulos e investimentos	-	290.894	-	(43.634)
Outras provisões	30	-	-	(30)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	182	290.894	6	(43.664)
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	1.144	-	-	(1.144)
Total dos créditos tributários (Nota 2.12)	1.326	290.894	6	(44.808)
Obrigações fiscais diferidas (Nota 12e)	152	-	6	158
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.174	290.894	-	(44.808)

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2020	181.809	65.451	247.260
2021	116	42	158
Total	181.925	65.493	247.418

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 237.392 mil (2019 - R\$ 170 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Companhia foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Companhia possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 158 mil (2019 - R\$ 152 mil) relativas a atualização monetária de depósitos judiciais.

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 7.835 mil (2019 - R\$ 1.230 mil), referem-se a imposto de renda de R\$ 1.431 mil (2019 - R\$ 133 mil), contribuição social R\$ 3.004 mil, PIS de R\$ 606 mil (2019 - R\$ 178 mil) e Cofins de R\$ 2.794 mil (2019 - R\$ 919 mil).

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019;
- b) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não há processos com riscos civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis;
- c) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020;
- d) Em 2020 houve uma reorganização societária, com o objetivo de buscar maior sinergia e eficiência operacional. Diante disto, houve movimentação de investimentos estratégicos entre as empresas, onde a Columbus, em 31 de agosto de 2020, transferiu a totalidade da sua participação nas empresas Tempo Serviços e Tapajós Holdings para a empresa Quixaba Empreendimentos. Por conta desta movimentação, houve a redução do capital da Companhia em R\$ 1.222.976, sem cancelamento de ações, passando este de R\$ 5.300.000 para R\$ 4.077.024; e
- e) Em 30 de novembro de 2020, a Columbus realizou uma operação de cisão junto a empresa Tempo, onde foi realizada a transferência da totalidade da participação que a Tempo detinha na Cielo S.A. para a Columbus, onde a Companhia passou a deter 30,05% de participação na Cielo. Desta cisão, ocorreu um aumento de capital na Columbus no montante de R\$ 618.697 com a emissão de 53.703.589 ações, elevando o capital social da Companhia para R\$ 4.695.721 e 589.500.327 ações, respectivamente (vide Nota 10a).

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Columbus Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Columbus Holdings S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Columbus Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em

conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 25 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4

11,1 MILHÕES DE EMPRESÁRIOS, DIRETORES OU C-LEVELS CONECTADOS COM A SUA EMPRESA

Reforce sua transparência e credibilidade divulgando as demonstrações financeiras do ano nos veículos mais confiáveis e de maior cobertura no segmento econômico.

Valor + O GLOBO + Valor RI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA

